



PERÍODO DE 2011



Relatório e Contas do Período de 2011

- 1 Relatório
- 2 Demonstrações Financeiras
- 3 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
- 4 Relatório de Auditoria



RELATÓRIO

	1 Int	rodução	5
2	2 Ev	olução da atividade profissional	5
3	3 Ati	vidades desenvolvidas	7
3.1	Ór	gãos Sociais	7
3	3.1.1	Assembleia Geral	7
3	3.1.2	Conselho Superior	7
3	3.1.3	Bastonário	8
3	3.1.4	Conselho Diretivo	8
3	3.1.5	Conselho Disciplinar	8
3	3.1.6	Conselho Fiscal	10
3	3.1.7	Assembleia Eleitoral	10
3.2	2 De	partamentos	
3	3.2.1	Departamento Técnico	10
3.2	2.2	Departamento de Formação e Publicações	13
		ção Contínua	
		Departamento de Qualificação e Atividade Profissional	
		Comissão de Inscrição	
		2 Júri de Exame	
3	3.2.3.3	3 Comissão de Estágio	
3	3.2.3.4		
	3.2.4	Departamento de Controlo de Qualidade e Supervisão	
	3.2.5	Departamento Administrativo e Financeiro	
	3.2.6	Comissão de Ética e Deontologia Profissional	
3.3		cção Regional do Norte	
3.4		ıtras atividades desenvolvidas	
	3.4.1	Participação no CNSA	
	3.4.2	Relações Institucionais	
	3.4.3	Relações Internacionais	
3	3.4.4	Eventos	_
	3.4.4		
	3.4.		
4		ursos Humanos	
5	Aná	lise económica e financeira	34



5.1	Análise económica	34
5.1	1.1 Rendimentos e ganhos	34
5.1	1.1.1 Evolução geral	34
5.1	1.1.2 Quotas	
5.1	1.1.3 Ações de formação	36
5.1	1.1.4 Inscrição, estágio e outros rendimentos	36
5.1	1.2 Gastos e perdas	37
Į	5.1.2.1 Evolução geral	37
5.2.	Evolução do fundo social	40
5.3.	Execução do orçamento corrente	41
5.3	3.1 Perspetiva global	41
5.3	3.2 Execução do orçamento de rendimentos	42
	3.3 Execução do orçamento de gastos	
	Análise financeira	
5.5	Execução do orçamento de investimentos	43
6	Perspetivas	
7	Proposta de aplicação dos resultados	45
8	Homenagem póstuma	45
9	Agradecimentos	46



RELATÓRIO

1 Introdução

Nos termos do que dispõe a alínea f) do nº 1 do artigo 30º do Decreto-Lei nº 487/99, de 16 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 224/2008, de 20 de novembro, vem o Conselho Diretivo submeter à apreciação e deliberação da Assembleia Geral o Relatório e Contas do período findo em 31 de dezembro de 2011.

Pretende-se com este documento fazer a síntese possível da atividade desenvolvida pela Instituição durante o ano de 2011, salientando-se os seus aspetos mais marcantes e identificando as perspetivas da sua evolução futura.

2 Evolução da atividade profissional

O número de Revisores inscritos na respetiva lista, em 31 de dezembro de 2011, ascendia a 1.221 Revisores.

A profissão registou assim um significativo aumento de 62 Revisores, refletindo o efeito conjugado da admissão de 76 novos membros, de 11 cancelamentos e de 3 falecimentos.



Nos quadros seguintes apresenta-se uma síntese da situação, em confronto com os anos de 2010 e de 2009.

Revisores	2011	2010	2009	Variação face a 2010		
Revisores	2011	2010	2009	Nº	%	
Sem atividade	334	300	277	34	11,3%	
Suspensos	103	100	89	3	3,0%	
Não suspensos	231	200	188	31	15,5%	
Com atividade	887	859	848	28	3,3%	
A título individual	223	222	237	1	0,5%	
Sob contrato de prestação de serviços	116	110	104	6	5,5%	
Como Sócios de SROC	548	527	507	21	4,0%	
TOTAL	1.221	1.159	1.125	62	5,3%	

No que se refere à evolução do número de Sociedades de Revisores Oficiais de Contas, a situação é a seguinte:

SROC	2011	2010	2009	Variação face a 2010	
SROC	2011	2010	2009	Nº	%
Número de Sociedades	198	189	173	9	4,8%



De salientar o crescimento de quase 5% de SROC, evidenciando a continuada preocupação dos Revisores em exerceram a atividade de uma forma progressivamente mais estruturada e com melhores condições organizacionais para o exercício da profissão.

3 Atividades desenvolvidas

3.1 Órgãos Sociais

3.1.1 Assembleia Geral

A Assembleia Geral da OROC reuniu em 29 de março de 2011 para analisar, discutir e votar o Relatório e Contas referentes ao exercício de 2010, em 29 de setembro de 2011 para apreciar, discutir e votar a proposta do novo Código de Ética.

3.1.2 Conselho Superior

Durante o ano de 2011 o Conselho Superior procedeu à apreciação, discussão e emissão de parecer sobre a Proposta do novo Código de Ética da Ordem.



3.1.3 Bastonário

O Bastonário, para além de presidir ao Conselho Diretivo, representou a OROC em várias instâncias e eventos nacionais e internacionais, dirigiu os serviços da Ordem e assegurou a direção da revista Revisores ∃ Auditores, tendo, ainda, exercido as demais competências que a lei e os regulamentos lhe conferem.

3.1.4 Conselho Diretivo

Durante o ano de 2011, o Conselho Diretivo reuniu quinzenalmente, tendo, no âmbito das suas atribuições estatutárias, tomado as deliberações que considerou adequadas. De uma forma geral, é possível afirmar que as atividades previstas para o ano de 2011 foram globalmente realizadas no âmbito do Orçamento aprovado.

3.1.5 Conselho Disciplinar

O movimento ocorrido nos processos disciplinares e nos processos de inquérito no biénio 2010/2011, foi o seguinte:



ATIVIDADE PROCESSUAL DO CONSELHO DISCIPLINAR BIÉNIO 2010/2011

		Concluídos em 2010		Concluídos em 2011			
PROCESSOS DE INQUÉRITO	Número de processos	Arquivados	Convertidos em processos disciplinares	Arquivados	Convertidos em processos disciplinares	Transitados para 2012	
Transitados de 2008 a 2009	8	3	5				
Instaurados em 2010	11	7	3	1			
Instaurados em 2011	8			4	1	3	
Total	27	10	8	5	1	3	

PROCESSOS	Número de	Concluídos em 2010		Concluídos em 2011		Transitados
DISCIPLINARES	processos	Arquivados	Sancionados	Arquivados	Sancionados	para 2012
Transitados de 2007 a 2009	15	4	9			2
Instaurados em 2010	29	6	9	3	7	3(*)
Instaurados em 2011	24			3	9	11(*)
Total	68	10	18	6	16	16

Infrações julgadas e penas aplicadas

Natureza da infração	Qualidade do Trabalho	Ética e Deontologia	Incompatibili dades	Quotas e seguros	Relatório de Transparênc ia	Total
Advertência	2	7			1	10
Advertência registada	1	3			1	5
Multa de 1.000 a 2.499 €	1	2				3
Multa de 2.500 a 3.499 €		1	2			3
Multa de 3.500 a 4.999 €	1					1
Multa de 5.000 a 10.000 €	6	1	1			8
Censura			1			1
Suspensão de 10 meses						
Suspensão de 3 anos	1					1
Suspensão de 5 anos	1	1			_	2
Total	13	15	4		2	34

^(*) Redução de um processo devido a ter sido apenso a outro



3.1.6 Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal efetuou as reuniões previstas estatutariamente, tendo acompanhado as atividades da Ordem e desenvolvido os trabalhos de revisão das contas e as análises que entendeu adequadas para emitir o respetivo Parecer sobre o Relatório e as Contas.

3.1.7 Assembleia Eleitoral

Decorreu no dia 29 de novembro de 2011 o processo eleitoral dos órgãos sociais para o triénio 2012-2014, tendo-se apresentado apenas uma lista a sufrágio. De realçar que este ato decorreu com grande elevação e com significativa afluência às urnas, o que prova o elevado sentido de coesão da grande maioria dos membros da Ordem. Aos colegas que dedicaram o seu tempo ao acompanhamento do exercício do direito de voto, os nossos agradecimentos.

A todos os colegas que cessaram o seu mandato e em especial ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Dr. António Magalhães pelo seu empenho e profissionalismo, o bem-haja pelo contributo dado à profissão e com o qual, estamos certos, poderemos continuar a contar.

3.2 Departamentos

3.2.1 Departamento Técnico

O Departamento Técnico, através de cada uma das suas Comissões Técnicas e respetivos Grupos de Trabalho, e na dependência do Conselho Diretivo, continuou a estudar, analisar e a discutir assuntos de natureza técnica, tendo efetuado estudos, pareceres, informações e outros, por iniciativa própria ou por solicitação de terceiros.



Este Departamento continuou a abranger diversos setores de atividade e de interesses que envolvem a atuação dos Revisores.

Foram emitidos vários pareceres e documentos de natureza equivalente, destinados a dar resposta às solicitações provenientes do exterior, provenientes de ROC ou de outras entidades, quer de caráter nacional, quer internacional.

Reportam-se de seguida, e em concreto, as atividades mais relevantes desenvolvidas no decurso do período económico.

Newsletter

Manteve-se a emissão da Newsletter em formato eletrónico a qual incluiu, por norma, entre outros aspetos, notícias ou outros assuntos com as seguintes origens:

- Contabilidade (CNC, IASB e UE);
- Auditoria (IFAC e UE); e
- Fiscalidade.

Foram enviadas 3 newsletters em 2011.

Manual do ROC

Continuou a reforçar-se o conteúdo do Manual do ROC com informação relevante para a atividade dos Revisores. Neste sentido, houve a preocupação de manter atualizada a legislação mais significativa para todos os setores de atividade com intervenção do Revisor, bem como a inserção de material técnico com interesse para a profissão.

Salienta-se, durante este ano, o desenvolvimento de uma nova plataforma *online* que proporciona uma atualização diária dos conteúdos técnicos e outras informações constantes do Manual do ROC que foram até meados de 2011 disponibilizados através de um CD trimestral. O processo de desenvolvimento desta nova e moderna ferramenta informática terminou em dezembro de 2011 e foi disponibilizada aos Revisores em janeiro de 2012.



Sítio na internet

Procedeu-se à atualização regular do sítio na *internet* com notícias/destaques mais significativos para a profissão incluindo informação de caráter relevante aplicável. Entre outras situações:

- Contabilidade e auditoria, das empresas em geral;
- Auditoria de pequenas e médias empresas; e
- Evolução destas matérias ao nível da Comissão Europeia ao longo de todo o ano.

Guia de Controlo de Qualidade para Firmas de Auditoria de Pequena e Média Dimensão

Ciente da importância dos sistemas internos de controlo de qualidade e do seu importante contributo para se alcançar níveis de excelência, sobretudo por parte das estruturas de pequena e média dimensão, a OROC disponibilizou a tradução do Guia de Controlo de Qualidade para firmas de auditoria de pequena e média dimensão emitido pela IFAC com vista a ajudar os revisores a estabelecer e a melhorar os seus sistemas de controlo de qualidade.

Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público

Na sequência de uma parceria entre a OROC e o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave iniciou-se o processo de tradução e revisão das normas internacionais de contabilidade do setor público emitidas pela IFAC e que deve estar concluído no segundo semestre de 2012.

Participação em Reuniões Técnicas a Nível Internacional

A Ordem fez-se representar em diversas reuniões técnicas de caráter internacional onde destacamos as seguintes:

Conselho da FEE – em Bruxelas, em junho, outubro e dezembro;



- Conferência organizada pela FEE em junho com a presença do Comissário europeu para o mercado interno e membros do Parlamento Europeu sobre as respostas ao livro verde – Política de auditoria: Lições da Crise;
- Conselho da FCM Féderation des Experts Comptables Mediterranéens em abril, julho e dezembro;
- Conferência organizada pela FCM em dezembro sobre a Proposta de Emendas à
 Diretiva de Auditoria e Regulamento para as Entidades de Interesse Público;
- Working Parties (WP) da FEE:
 - Auditing WP em fevereiro;
 - Tax WP em abril e outubro;e
 - Sustainability WP em janeiro e dezembro;

3.2.2 Departamento de Formação e Publicações

Formação Contínua

Tendo em consideração os objetivos da formação contínua da OROC, nomeadamente proporcionar aos ROC e seus colaboradores atualização dos seus conhecimentos para um adequado exercício da profissão e aumento das suas competências, os anos de 2010 e 2011 foram caracterizados pelo incremento das ações de formação promovidas pela OROC, nomeadamente sobre as Novas Normas Internacionais de Auditoria (*International Auditing Standards*).



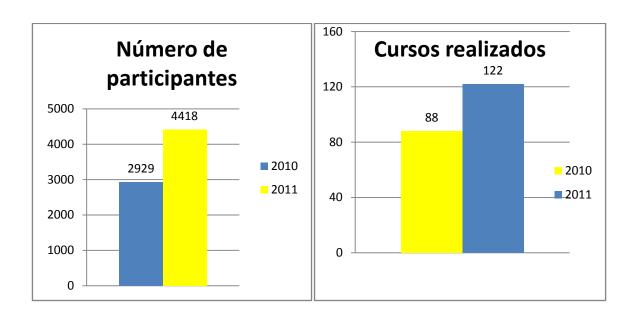
Durante 2011 reforçou-se o número de ações de formação nas áreas de Fiscalidade e Direito, tendo-se verificado uma ligeira redução nas ações de formação promovidas na área de Contabilidade.

Pela comparação dos elementos de 2010 com 2011, verifica-se um incremento de 39% no número de ações de formação promovidas (de 88 ações de formação em 2010 para 122 ações de formação em 2011). Observa-se também um aumento significativo (51%) no número de participantes (de um total de 2.929 participantes em 2010 para 4.418 participantes em 2011).

Apresentamos abaixo o resumo de alguns indicadores referentes à formação contínua no decurso dos exercícios de 2011, 2010 e 2009:

Ano	2011	2010	2009
Cursos realizados	122	88	89
Número de participantes	4.418	2.929	3.897
Horas de formação cursos	824	591	651
Total horas de formação	29.861	19.639	28.406





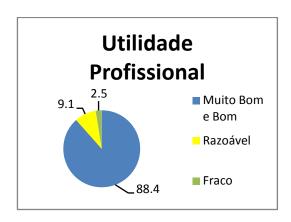
Os cursos realizados em 2011 focaram as seguintes áreas temáticas:

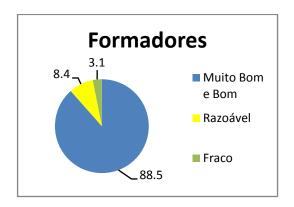
	201	1	201	10
Área Temática	Nº cursos	Horas	Nº cursos	Horas
Auditoria	52	12.863	24	4.699
Contabilidade	35	8.370	44	9.995
Fiscalidade	18	4.270	12	2.990
Direito	8	1.995	4	1.190
Outros	9	2.363	4	765
Totais	122	29.861	88	19.639

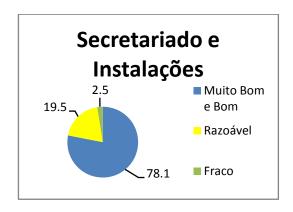
Participaram nos cursos de formação acima referidos Revisores Oficiais de Contas, colaboradores de Revisores Oficiais de Contas, membros estagiários, formandos do Curso de Preparação para ROC e quadros de empresas ou de outras entidades.

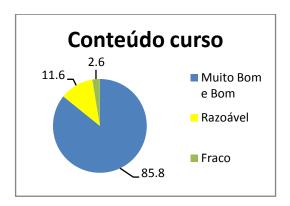


Dos questionários respondidos pelos formandos no final dos cursos de formação retiram-se os seguintes resultados:









É de realçar as boas avaliações atribuídas pelos participantes nas sessões de formação, nomeadamente o facto de 88% considerarem Muito Boa e Boa a "Utilidade Profissional" dos cursos e 86% considerarem Muito Bom e Bom o "Conteúdo dos Cursos" de formação.



Comissão de Formação

Foram recebidos 58 pedidos de certificação de formação profissional. A Comissão de Formação avaliou, quanto ao nível científico e técnico, os processos e tomou as seguintes deliberações:

Resultado da apreciação dos processos	Núm. de processos
Certificada	56
Validada mas não certificada	1
Não certificada	1

Curso de Preparação para Revisores Oficiais de Contas (CPROC)

Deu-se continuidade ao 11º CPROC, iniciado em 2010, tendo sido lecionados os três últimos grupos de módulos e iniciou-se o 12º CPROC.

Assim, durante o exercício de 2011, foram lecionados 8 grupos de módulos, em Lisboa e Porto, perfazendo um total de 1.024 horas.

O quadro abaixo sintetiza a atividade ocorrida no âmbito do CPROC em 2011:

Nº Formandos	Nº Horas	Período
78	128	21/01 a 12/03
81	128	29/04 a 18/06
85	128	23/09 a 12/11
89	128	14/10 a 03/12
	78 81 85	78 128 81 128 85 128



Publicações

A OROC continuou a publicar trimestralmente a Revista a qual incluiu artigos técnicos sobre matérias conexas com a atividade profissional e ainda informações relevantes sobre o desenvolvimento de temas internacionais,

Biblioteca

Houve um reforço na aquisição de obras, de acordo com as solicitações dos Coordenadores dos módulos do CPROC, assim como dos Departamentos Jurídico e Técnico. Agradece-se também a contribuição de Colegas, outros autores e demais entidades que se dignaram proceder à oferta de publicações relevantes.

3.2.3 Departamento de Qualificação e Atividade Profissional

O Departamento de Qualificação e Atividade desempenhou as suas atribuições, centrando as suas preocupações em prestar um serviço com rigor, profissionalismo e transparência aos membros inscritos e às entidades que se relacionem com a Ordem, procurando assegurar a melhoria contínua da sua qualidade e a pronta resposta às múltiplas solicitações que lhe foram formuladas.



3.2.3.1 Comissão de Inscrição

A atividade essencial da Comissão de Inscrição consiste em assegurar as múltiplas atribuições relacionadas com os processos de registo dos Revisores Oficiais de Contas a título individual e das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas.

Realizou 12 reuniões plenárias, tendo respondido com celeridade aos pedidos formulados pelos membros da OROC. De salientar que cada uma das reuniões plenárias da Comissão de Inscrição exige um vasto trabalho de preparação e análise dos diversos processos, de forma a assegurar que nunca é descurado o rigor e a verificação do cumprimento dos diversos formalismos legais que têm de estar assegurados no âmbito das tomadas de decisão.

Promoveu também a publicação da Lista dos Revisores Oficiais de Contas e as suas atualizações no sítio da Ordem na *internet*, bem como a respetiva comunicação ao Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria, de acordo com o exigido pela legislação aplicável.

No âmbito da sua atividade, a Comissão de Inscrição coordenou as atividades relacionadas com o Júri de Exame, nomeadamente, as propostas de composição, datas do Exame e resposta aos requerimentos que lhe foram formulados. Participou ainda, através do seu Presidente, nos trabalhos do Júri para apreciação e seleção das candidaturas ao CPROC, com base nos critérios aprovados pelo Conselho Diretivo.

Foram efetuados alguns ajustamentos no processo de informatização dos serviços, de forma a potenciar as possibilidades proporcionadas pelo sistema de informação integrado adquirido pela Ordem, de forma a satisfazer as diversas necessidades de registo dos vários departamentos. A Comissão emitiu ainda as declarações ou outros documentos que lhe foram solicitados, no âmbito das suas competências.



3.2.3.2 Júri de Exame

Realizaram-se em 2011 as 4 provas escritas do Exame para ROC previstas no respetivo Regulamento, bem como as provas orais para os candidatos que já obtiveram aprovação no conjunto das 4 provas escritas previstas.

No quadro seguinte apresentam-se os resultados das quatro provas escritas realizadas em 2011:

	1ª Prova	2ª Prova	3ª Prova	4ª Prova
Nº de inscritos	183	140	182	210
Lisboa	89	70	96	103
Porto	94	70	86	107
Nº de presenças	159	114	155	196
Lisboa	77	55	82	95
Porto	82	59	73	101
Faltas	24	26	27	14
Lisboa	12	15	14	8
Porto	12	11	13	6
Nº de aprovações	86	74	90	85
Lisboa	43	33	44	44
Porto	43	41	46	41
Nº de reprovações	73	40	65	111
Lisboa	34	22	38	51
Porto	39	18	27	60
% de aprovados (em relação às presenças)	54.1%	64.9%	58.1%	43.4%
Lisboa	55.8%	60.0%	53.7%	46.3%
Porto	52.4%	69.5%	63.0%	40.6%



De salientar, face ao nível de aprovações registado em anos anteriores, uma melhoria significativa, nomeadamente no que se refere à 3ª e 4ª Provas.

Foram realizados dois sorteios dos temas das provas orais, em 4 de abril e em 14 de novembro de 2011, tendo sido atribuídos 42 temas, para desenvolvimento pelos candidatos, com vista à sua apresentação e discussão final. Foram igualmente realizadas as respetivas provas orais, tendo obtido aprovação 33 candidatos, ocorrendo a reprovação de 8 candidatos. Uma das provas orais não se realizou em 2011, tendo deslizado para 2012.

O Júri de Exame integrou membros independentes dos formadores do curso de preparação para revisor oficial de contas, de forma a garantir o reforço da independência na avaliação dos conhecimentos dos participantes, não obstante a interdependência que foi assegurada entre as matérias ministradas no curso e o conteúdo das provas, tendo para o efeito ocorrido reuniões conjuntas entre os membros do júri e os coordenadores das matérias do curso.

3.2.3.3 Comissão de Estágio

No ano de 2011 a Comissão de Estágio realizou 9 reuniões, nas quais foram tomadas deliberações relativas aos vários processos de estágio ao abrigo do anterior e do novo Regulamento de Estágio.

A evolução do número de membros estagiários ao longo dos últimos três anos processou-se de acordo com o indicado no quadro abaixo:



Indicador	2011	2010	2009
Estágios em 1 de janeiro	185	207	205
Estágios iniciados	31	45	47
Estágios concluídos com aprovação	55	46	42
Exclusões de Estágio	5	6	2
Desistências de Estágio	0	1	1
Estágios encerrados por Dispensa de Estágio	12	14	0
Estágios em 31 de dezembro	144	185	207

No decurso do ano de 2011 foram realizadas, através dos respetivos júris constituídos para o efeito, 117 provas de avaliação de estagiários. Realizaram-se 56 reuniões de coordenadores de estágio com membros estagiários e patronos, no âmbito do acompanhamento e apreciação semestral dos respetivos estágios. Realizaram-se ainda 21 entrevistas para efeitos de dispensa de estágio.

A par do acompanhamento e avaliação, deu-se continuidade à estratégia de integração dos membros estagiários na OROC, através da sua inserção nos procedimentos de divulgação e distribuição de circulares, normas, publicações e manual do ROC.

3.2.3.4 Atividade Profissional

As ações desenvolvidas nesta área compreenderam, fundamentalmente:

 Acompanhamento das práticas profissionais dos Revisores e das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas, bem como das entidades que com estas possam estar direta ou indiretamente relacionadas, de forma a diagnosticar eventuais incompatibilidades, práticas de concorrência desleal ou problemas de transparência;



- Atuação de forma sistemática sempre que chega ao conhecimento da Ordem qualquer indício de que alguma entidade, de forma ilícita, presta serviços que constituem competência exclusiva dos ROC ou induz, designadamente por via dos respetivos estatutos, a possibilidade ou disponibilidade para prestar tais serviços;
- Permanente atualização dos elementos relativos aos Revisores e Sociedades de Revisores Oficiais de Contas, em termos de exercício da sua atividade profissional, procurando garantir informação atempada e fiável, através da atualização da base de dados quanto a empresas, ROC e SROC;
- Resposta às diversas solicitações formuladas, tendo sido emitidas 140 declarações e 535 ofícios, para além dos múltiplos contactos estabelecidos com Revisores e outras entidades, por via telefónica, eletrónica e presencial.

3.2.4 Departamento de Controlo de Qualidade e Supervisão

Controlo de Qualidade

No âmbito do controlo de qualidade, a Comissão do Controlo de Qualidade: i) divulgou em 27 de abril de 2011 o relatório da atividade desenvolvida e as conclusões extraídas das ações de controlo executadas no período compreendido entre 1 de abril de 2010 e 31 de março de 2011 sobre os exames relativos ao ano de 2009, ii) promoveu a realização do Sorteio Público de 22 de julho de 2011 visando os controlos a exercer sobre os ROC/SROC e os exames por estes realizados com relação ao ano de 2010 e iii) estabeleceu com o CNSA a comunicação requerida no Regulamento sobre a supervisão da operacionalização do sistema de controlo de qualidade dos ROC e SROC.



Sorteios Públicos

- a) Na sequência do Sorteio Público realizado em 2 de junho de 2010, foram concluídos no período os controlos de qualidade a 82 entidades, envolvendo 38 Revisores individuais, 20 Sociedades de Revisores e 24 Sociedades de Revisores e Revisores individuais com intervenção em Entidades de Interesse Público (EIP), correspondendo a 185 dossiês, que apresentaram as seguintes conclusões:
 - a.i) Síntese das conclusões do controlo horizontal por categorias e por entidades:

	To	tal de	ROC	/SROC	SRC	OC de	ROC d	e outras
	ROC	/SROC	de	EIP	outras		entidades	
	Sort	eados			entidades			
	2010							
	nº	%	n⁰	%	nº	%	n⁰	%
Sem nada de especial a referir	41	50%	13	55%	2	10%	26	68%
Com observações e recomendações de menor relevância	24	30%	8	33%	12	60%	4	11%
Com observações e recomendações de relevância	13	16%	2	8%	5	25%	6	16%
Com resultados insatisfatórios	2	2%	1	4%	1	5%	-	-
Anulados	2	2%	-	-	-	-	2	5%
Total de Entidades	82	100%	24	100%	20	100%	38	100%



a.ii) Síntese das conclusões do controlo vertical por categorias e dossiês:

	Total de ROC/SROC Dossiês de EIP 2010		SROC de outras entidades		ROC de outras entidades			
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Sem nada de especial a referir	96	52%	73	67%	14	38%	9	23%
Com observações e recomendações de menor relevância	55	30%	21	19%	14	38%	20	52%
Com observações e recomendações de relevância	26	14%	12	11%	8	22%	6	15%
Com resultados insatisfatórios	6	3%	3	3%	1	2%	2	5%
Anulados	2	1%	-	-	-	-	2	5%
Total de Dossiês	185	100%	109	100%	37	100%	39	100%

- b) Na sequência do Sorteio Público (realizado em 22 de junho de 2011) foram planeadas e supervisionadas as ações de controlo de qualidade sobre a atividade de 23 revisores e sociedades de revisores que exerceram funções de revisão/auditoria, em entidades de interesse público e 59 revisores e sociedades de revisores que exerceram funções noutras entidades. Em 31 de dezembro de 2011, ainda se encontram em curso algumas destas atividades que envolvem também o controlo sobre 187 dossiês relacionados com exames efetuados por estes ROC/SROC com relação ao ano de 2010.
- c) No âmbito da supervisão efetuada pelo CNSA sobre a operacionalização do sistema de controlo de qualidade dos revisores, a Comissão do Controlo de Qualidade procedeu à coordenação das comunicações previstas no Regulamento n.º 654/2010 do CNSA sobre esta supervisão e assegurou a adoção pela Ordem das recomendações efetuadas pelo CNSA durante o ano de 2011.



Outras ações de Controlo de Qualidade

Para além das ações de controlo de qualidade executadas no âmbito dos Sorteios Públicos, foram ainda realizadas pela Comissão do Controlo de Qualidade outras ações de controlo previstas no Plano de Atividades:

a) Acompanhamento de controlos com observações e recomendações de relevância

A Comissão manteve contactos quer por escrito, quer reunindo com os revisores individuais e sócios de sociedades de revisores, cujo controlo de qualidade relativo aos sorteios públicos dos anos de 2009 e 2010 evidenciaram observações e recomendações de relevância, solicitando e analisando as medidas e procedimentos a implementar/implementadas no sentido de serem superadas as deficiências e insuficiências detetadas. Estas ações enquadram-se no disposto no artigo 21º dos Estatutos do Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria aprovados pelo Decreto-lei 225/08, e visam dar a possibilidade aos revisores, nestas circunstâncias, de implementarem as recomendações resultantes do controlo de qualidade, permitindo-lhes assim evitar a sujeição imediata a medidas ou penalidades disciplinares.

b) Intervenções pontuais

A Comissão procedeu a vários controlos de qualidade pontuais solicitados pelo Conselho Diretivo ou por outros Órgãos da Ordem.

c) Análise de Relatórios e Contas

A Comissão procedeu, também, embora não de forma sistemática, ao acompanhamento das publicações de relatórios e contas das empresas cotadas, que não foram objeto de controlo neste ano, no sentido de verificar, numa base seletiva, a conformidade entre as certificações legais de contas e os relatórios de auditoria publicados, bem como sobre aspetos gerais de conformidade dos documentos apresentados com as normas e as políticas contabilísticas divulgadas.



Supervisão

No âmbito da Supervisão, procedeu-se à análise da atividade profissional reportada pelos Revisores e da sua exatidão e conformidade com os requisitos estabelecidos, sendo de destacar:

- a) O controlo exercido sobre as certificações de contas emitidas em situação de mudança de revisor;
- b) O controlo da publicação dos Relatórios de Transparência em conformidade com o artigo 62.º-A do EOROC;
- c) O acompanhamento, da publicação de novos sítios dos ROC/SROC na Internet.

Outras atividades de supervisão desenvolvidas

As outras atividades de supervisão desenvolvidas podem resumir-se como segue:

- Preparação de elementos e informações de suporte à atividade dos representantes da OROC nos órgãos do CNSA;
- Designação de revisores independentes para processos de fusão e cisão e como peritos de processos judiciais e para outros efeitos em resposta às solicitações recebidas;
- Atuação junto das entidades sujeitas a revisão de forma a darem cumprimento à obrigatoriedade da nomeação de ROC/SROC. Esta atividade foi desenvolvida na medida em que a informação disponível o permitiu.



3.2.5 Departamento Administrativo e Financeiro

O ano de 2011 continuou a execução das medidas iniciadas em exercícios anteriores no âmbito do processo de gestão global da OROC.

Por outro lado, continuou-se a melhoria dos procedimentos referentes à informatização dos serviços, aguardando-se a conclusão da consolidação da implementação das novas soluções informáticas instaladas.

3.2.6 Comissão de Ética e Deontologia Profissional

Com a colaboração do Departamento Técnico e de outros Departamentos da Ordem, designadamente o Jurídico, foi completado o projeto que, após a aprovação, com alterações, pelo CNSA e pela Assembleia Geral, permitiu a implantação do atual Código de Ética.

Aquele Código é baseado e está muito próximo do código homónimo da IFAC e representa mais uma importante harmonização dos normativos da Ordem com as estruturas jurídicas internacionais.

O Conselho Diretivo propõe-se acompanhar com todos os membros da Ordem a adequada aplicação daquele novo instrumento, decisivo para o equilíbrio da profissão.



3.3 Secção Regional do Norte

Em 2011, o funcionamento da Secção Regional do Norte decorreu dentro da linha traçada já em anos anteriores, conforme o plano de atividades aprovado.

A SRN, além de assegurar a função de representação no Norte do País, constituiu, como habitualmente, um espaço de apoio administrativo dos Colegas e de Reuniões de Trabalho de Comissões Técnicas e outros grupos e também o local próprio da Formação Contínua dos Revisores e do Curso de Preparação para ROC (CPROC).

No que respeita à formação contínua, realizaram-se em 2011, no Porto, 59 cursos integrados no programa de formação da OROC, para além do CPROC.

Na SRN realizaram-se os encontros habituais, como indicado no capítulo 3.4.4.2 adiante.

3.4 Outras atividades desenvolvidas

3.4.1 Participação no CNSA

A Ordem está representada no CNSA ao nível do Conselho e ao nível do Secretariado Permanente integrando ainda diversos grupos de trabalho e equipas de inspeção.

A Ordem participou na qualidade de membro do Conselho em cerca de duas dezenas de reuniões.



3.4.2 Relações Institucionais

Durante o ano, o Conselho Diretivo efetuou diversas diligências e manteve contactos com diversas entidades mais ligadas ou conexas com a profissão, nomeadamente o Ministério das Finanças e da Administração Pública, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, o Ministério da Justiça, o Banco de Portugal, a CMVM, o Instituto de Seguros de Portugal, a Direção-Geral dos Impostos, a Comissão de Normalização Contabilística e o Conselho Nacional das Ordens Profissionais.

A Ordem participou no dia 21 de setembro de 2011 na cerimónia de homenagem e entrega dos prémios Rogério Fernandes Ferreira.

3.4.3 Relações Internacionais

A Ordem fez-se representar, pelo seu Bastonário, em diversos eventos internacionais e participou em Congressos, designadamente:

- Participação na Conferência da Comissão Europeia, realizada em Bruxelas, em 9 e 10 de fevereiro;
- Participação na reunião dos Presidentes da FEE, realizada em Viena, em 22 e 23 de setembro;
- Participação na reunião do Conselho da IFAC, realizada em Berlim, em 16 e 17 de novembro.



Em 2011 continuamos os contactos para estabelecer protocolos com organismos institucionais de Moçambique, Angola e Cabo Verde.

Em Cabo Verde iniciou-se uma parceria de formação na área das normas internacionais de auditoria que começou em setembro de 2011 e terminará em março de 2012.

Para além disto, reafirmam-se as participações que estão descritas no capítulo dedicado ao Departamento Técnico.

3.4.4 Eventos

3.4.4.1 25 Anos de Profissão e Receção aos Novos Revisores

À semelhança de anos anteriores, em cerimónia que teve lugar em 22 de junho, no Hotel Tivoli, com a sala totalmente repleta, foram agraciados 11 Revisores que completaram 25 anos de profissão.

No âmbito desta cerimónia, teve lugar a receção aos novos Colegas Revisores, tendo-se procedido à entrega das respetivas Cédulas Profissionais a 67 Colegas que completaram o estágio e concluíram com sucesso o ciclo de qualificação profissional e a quem a Ordem formula votos dos mais amplos sucessos pessoais e profissionais.

Ainda no âmbito desta cerimónia, a Ordem procedeu à homenagem póstuma aos seguintes Revisores que faleceram no decurso do ano de 2010:



Nº	Nome	Data falecimento
5	Alberto Gomes Pereira do Couto	27-01-2010
49	Alfredo Guilherme da Silva Gândara	24-09-2010
246	Albano de Sena Ferreira	14-02-2010
282	José Fernando Trindade Martinez	20-01-2010
327	Armindo Gastão de Sousa Moniz	28-05-2010
831	Fernando da Piedade Cruz	23-03-2010

Na mesma cerimónia foi também homenageado o falecido, único membro Honorário da Ordem, Professor Dr. Rogério Fernandes Ferreira, a quem se reconhece tudo o que fez em prol das temáticas relacionadas com a contabilidade e a auditoria.

3.4.4.2 Encontros na Ordem

Dando continuidade a este importante meio de comunicação entre os revisores, no ano de 2011 realizaram-se os seguintes Encontros, que tiveram a participação de significativo número de Colegas:

 Em Lisboa - "Preços de transferência em altura de crise – últimos desenvolvimentos", apresentado pelo Colega Pedro Galego;



- Em Lisboa e no Porto "A evolução e atualidade das Normas antiabuso", apresentado pelo Dr. Jaime Esteves;
- Em Lisboa e no Porto "O novo Código Contributivo alguns comentários sobre o seu impacto nas empresas", apresentado pela Dra. Carla Naia e pelo Dr. Pedro Sousa Machado, no Porto, e pela Dra. Maria da Glória Leitão, em Lisboa;
- Em Lisboa e no Porto "Contributos para a melhoria das práticas profissionais", apresentado pelos Colegas Dr. António Monteiro, Dr. Óscar Figueiredo, Dr. Martins Correia e Dr. Armindo Costa;
- Em Lisboa e no Porto "Prevenção do branqueamento de vantagens de proveniência ilícita e do financiamento do terrorismo", apresentado pela Dra. Sílvia Pedrosa;
- Em Lisboa e no Porto "As propostas da Comissão Europeia sobre a contabilidade e a auditoria". Estes Encontros começaram com a intervenção do Colega Dr. António Monteiro e continuaram com um debate entre os Colegas participantes.

4 Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2011, os recursos humanos da Ordem eram constituídos por 25 colaboradores permanentes e 2 assessores.

Adicionalmente, conta com um vasto leque de colaborações eventuais de Revisores e outros profissionais, especialmente nas Comissões Técnicas e Grupos de Trabalho.



5 Análise económica e financeira

5.1 Análise económica

A continuidade da política de controlo dos gastos, embora associada a um decréscimo moderado dos rendimentos, permitiu que a OROC apurasse neste exercício um resultado de 158.453 euros.

5.1.1 Rendimentos e ganhos

5.1.1.1 Evolução geral

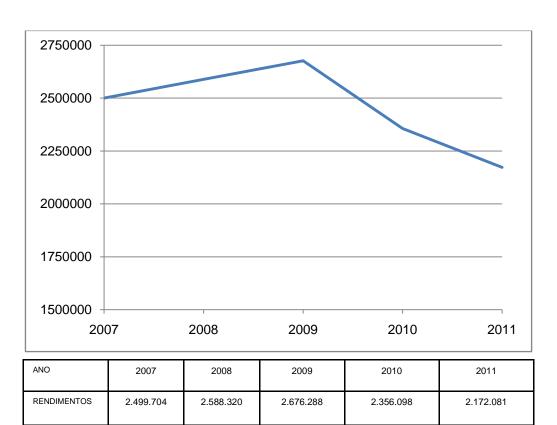
Os rendimentos da OROC ascenderam a 2.172.081 euros, registando um decréscimo global líquido na ordem dos 184 milhares de euros (7,81%) face a 2010, como se evidencia no quadro seguinte:

RENDIMENTOS e GANHOS	2011	2010	Variação	
			Valor	%
Quotas	1.189.500	1.195.796	-6.296	-0,53
Ações de formação	575.269	564.595	10.674	1,89
Inscrição, estágio e outros emolumentos	297.564	339.233	-82.035	-24,18
Congresso		103.063	-103.063	-100.00
Outros rendimentos	109.748	153.411	-43.663	-28,46
Total dos Rendimentos e Ganhos	2.172.081	2.356.098	-184.017	-7,81



A diminuição do montante de rendimentos tem a ver principalmente com o fato de em 2010 ter sido realizado o Congresso e também com a redução ocorrida na inscrição, estágio e outros emolumentos.

A evolução dos rendimentos pode mostrar-se como segue:





5.1.1.2 Quotas

No ano de 2011 ocorreu um decréscimo das quotas, mantendo-se o total em cerca de 55% dos rendimentos gerados no período. O decréscimo resulta do decréscimo verificado na atividade reportada pelos Revisores Oficiais de Contas e Sociedades de Revisores Oficiais de Contas.

5.1.1.3 Ações de formação

As propinas de cursos respeitam ao CPROC – 226.045 euros (287.455 em 2010) e à formação contínua – 349.224 euros (277.140 em 2010). A atividade de formação contínua registou um crescimento significativo mas não suficiente para compensar a diminuição no CPROC.

5.1.1.4 Inscrição, estágio e outros rendimentos

A diminuição do montante referente a esta rubrica resulta da redução do número de inscrições e do diferimento de rendimentos de estágio apurado em função do adiamento da conclusão dos períodos de estágio a que esses emolumentos respeitam, por não terem sido ainda concluídas as avaliações respetivas.



5.1.2 Gastos e perdas

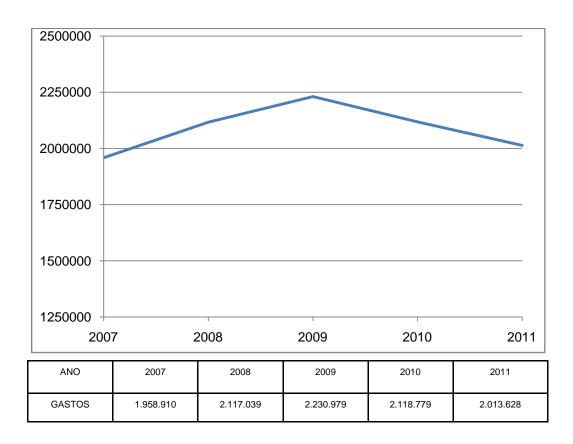
5.1.2.1 Evolução geral

Os gastos em 2011 atingiram a quantia de 2.013.628 euros, tendo-se verificado um decréscimo de 105.151 euros (4,96%) relativamente ao ano anterior. A sua evolução sintetiza-se no quadro seguinte:

GASTOS e PERDAS	2011	2010	Variaç	;ão
				%
Fornecimentos e serviços externos	1.233.648	1.326.668	-84.902	-6,40
Gastos com o pessoal	565.506	553.836	11.670	2,11
Gastos depreciação e amortizações	110.264	121.272	-11.008	-9,08
Outros	104.211	117.003	-12.792	-10,93
Total dos Gastos e Perdas	2.013.628	2.118.779	-105.151	-4,96

O gráfico seguinte espelha a variação ocorrida nos últimos cinco anos:





Comentam-se em seguida os aspetos mais significativos que influenciaram o comportamento dos gastos.

Fornecimentos e serviços externos

Mantêm-se, naturalmente, como a rubrica de maior expressão na estrutura de gastos da OROC. Apresenta uma diminuição explicada essencialmente pelos gastos do X Congresso realizado em 2010.



Apresentam-se de seguida as suas rubricas, que representaram no seu conjunto cerca de 61% do valor total (61% também em 2010) dos Gastos:

F.S.E.	2011	2010	Variaç	ão
			Valor	%
Honorários	<u>731.491</u>	<u>723.085</u>	<u>8.406</u>	<u>1,16</u>
Órgãos Sociais	112.920	133.746	-20.827	-15,57
Comissões e Júri de exame	300.533	265.186	35.347	13,33
Assessores	120.983	135.613	-14.630	-10,79
Formadores	197.055	188.540	8.515	4,52
Trabalhos especializados	169.148	109.853	59.295	53,98
Deslocações e estadas	108.119	160.602	-52.483	-32,68
Materiais	75.910	109.117	-33.207	-30,43
Comunicação	35.290	38.354	-3.064	-7,99
Rendas e alugueres	23.161	36.009	-12.848	-35,68
Energia e fluidos	21.364	18.009	3.355	18.63
Conservação e reparação	20.949	79.835	-58.886	-73.76
Seguros	7.143	7.523	-380	-5.05
Outros	41.073	44.281	-3.208	-7.24

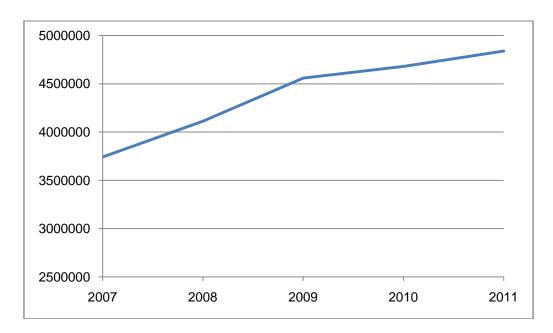


Outros gastos e perdas

Esta rubrica integra essencialmente as quotizações para entidades e instituições de que a OROC é membro, destacando-se a IFAC e a FEE.

5.2. Evolução do fundo social

Evidencia-se no gráfico seguinte a evolução verificada no fundo social em resultado dos reforços efetuados, possibilitados pelo desempenho conseguido:



ANO	2007	2008	2009	2010	2011
FUNDO SOCIAL	3.742.003	4.113.285	4.558.593	4.680.913	4.839.366



5.3. Execução do orçamento corrente

5.3.1 Perspetiva global

O mapa seguinte sintetiza a execução do orçamento aprovado para 2011. No plano global, com uma taxa de realização de 99,90% nos rendimentos e de 96,35% nos gastos. A execução do orçamento apresenta-se satisfatória, com o resultado a exceder as expetativas.

RUBRICAS	Realizado	Orçamento	Desvio	Desvio
	2011	2011	Real-Orçam.	%
RENDIMENTOS				
Quotas	1.189.500	1.075.000	114.500	10,65
Ações de formação	575.269	648.880	-73.611	-11,34
Inscrição, estágio e outros emolumentos	297.564	340.500	-42.936	-12,61
Outros	109.748	109.840	109.840 -92	
Total dos Rendimentos	2.172.081	2.174.220	-2.139	-0,10
GASTOS				
Fornecimentos e serviços externos	1.233.648	1.279.910	-46.262	-3,61
Gastos com o pessoal	565.506	596.370	-30.864	-5,18
Depreciações e amortizações	110.264	130.960	-20.696	-15,80
Outros	104.211	82.715	21.496	25,99
Total dos Gastos	2.013.628	2.089.955	-76.326	-3,65
Resultado do período	158.453	84.265	74.188	88,04



5.3.2 Execução do orçamento de rendimentos

Na execução orçamental de rendimentos em 2011, destacam-se:

- O desvio favorável das quotas (10,65%);
- O desvio desfavorável dos rendimentos provenientes de ações de formação (11,34%);
- O desvio desfavorável dos rendimentos provenientes do estágio, de acordo com o explicado no ponto 5.1.1.4.

5.3.3 Execução do orçamento de gastos

Na execução orçamental de gastos em 2011 verificaram-se desvios favoráveis na generalidade das suas rubricas.

A rubrica de outros gastos aumentou fundamentalmente porque aumentaram as quotizações com Organismos internacionais de que a OROC é membro (a OROC passou a integrar a Fédération des Experts Comptables Mediterrannéens) e devido ao reconhecimento de gastos relativos a exercícios anteriores.

5.4 Análise financeira

A estrutura do Balanço reflete uma significativa autonomia financeira (91%) bem como uma significativa solvabilidade global (Ativo / Passivo de 11,5) e um elevado rácio da estrutura de financiamento (Fundos próprios / Capital alheio de 10,5).

Nas fontes de financiamento da OROC, continua a verificar-se uma dependência significativa do sistema de quotização variável em função da atividade dos seus membros. Mantendo-se as atuais áreas de intervenção da OROC, pretende continuar-se o incremento e diversificação das atividades de formação, com o objetivo de reduzir a dependência do sistema de quotização.



Continuam a ser preocupações permanentes, a racionalização dos gastos de estrutura e o aumento da produtividade dos meios disponíveis.

5.5 Execução do orçamento de investimentos

O orçamento de investimentos apresenta uma realização de 20.681 euros, para uma previsão de 30.000 euros. O desvio explica-se fundamentalmente pelo facto de algumas aquisições não terem sido concretizadas em 2011.

RUBRICAS	Realizado 2011	Orçamento 2011	Desvio Real-Orçam.	Desvio %
ACTIVO INTANGÍVEL				
Prop. Ind. e outros direitos	1.284	8.500	-7.216	-84,90
ACTIVO FIXO TANGÍVEL				
Móveis e utensílios	209	5.000	-4,791	-95,82
Equipamento de tratamento de dados	7.917	5.000	2,917	58,33
Fotocopiadoras	10.947	5.000	5,947	118,94
Biblioteca	325	1.500	-1,175	-78,35
Outros ativos fixos tangíveis		5.000	-5.000	
TOTAL	20.681	30.000	-9.319	-31,06



6 Perspetivas

A crise económica que o país atravessa continuará necessariamente a influenciar a atividade dos revisores oficiais de contas e as respetivas organizações profissionais. Ciente das dificuldades existentes, o Conselho Diretivo tinha feito inscrever nos Planos de Atividades para os anos anteriores medidas que considerou adequadas para ajudar a reduzir os impactos da crise nas estruturas profissionais, sobretudo de pequena e média dimensão. Tais preocupações foram mantidas no Plano de Atividades para 2012.

Com o agravamento das dívidas soberanas e com a difícil situação no mercado financeiro, o ano de 2011 continuou a apresentar perspetivas pouco positivas e grandes incertezas quanto ao futuro. Todavia continuamos a acreditar que com a mobilização de todos, iremos ser capazes de vencer as batalhas que a crise económica e financeira nos obriga a travar.

Está em curso a discussão sobre regulamentação das atividades de auditoria na Comissão Europeia, designadamente propostas de alterações à 8ª Diretiva e da criação de um Regulamento Europeu para auditoria a entidades de interesse público que em muito poderão vir a afetar o exercício da atividade profissional, a que o Conselho Diretivo está muito atento e que procurará, na medida do seu alcance, minimizar os impactos nefastos sobre a atividade dos revisores oficiais de contas



7 Proposta de aplicação dos resultados

Tendo em consideração os resultados apurados no exercício, o Conselho Diretivo propõe que o resultado líquido do exercício de 2011, no valor de 158.453 euros, seja destinado a reforço do Fundo Social.

8 Homenagem póstuma

A Ordem expressa as mais sentidas condolências às famílias dos Colegas Revisores que deixaram o nosso convívio e que foram os seguintes:

Nº	Nome	Data falecimento
36	António Ezequiel Freire	26-04-2011
217	Mário Branco Trindade	08-12-2011
363	Ernesto Manuel Mira da Silva	24-07-2009

De salientar que, relativamente ao Colega Ernesto da Silva, apesar do seu falecimento ter ocorrido em 2009, apenas em 2011 a Ordem teve conhecimento da sua ocorrência.

Entretanto, já em 2012, ocorreu igualmente o falecimento do Colega José Augusto Nadais de Sousa, a cuja família a Ordem e expressa as mais sentidas condolências.

A todos os colegas falecidos a Ordem presta a sua homenagem.



9 Agradecimentos

O Conselho Diretivo deseja agradecer aos Revisores em geral, aos membros dos demais Órgãos Sociais, das Comissões Técnicas, dos Grupos de Trabalho, ao Pessoal da Ordem, bem como a todas as entidades públicas e privadas, a colaboração que prestaram à OROC.

Uma palavra de apreço especial ao colega António Gonçalves Monteiro que cessou as suas funções como representante máximo da Ordem durante dois mandatos consecutivos, as quais exerceu de forma exemplar.

Lisboa, 16 de fevereiro de 2012

O Conselho Directivo

José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues

José Rodrigues de Jesus

António Marques Dias

António Campos Rires Caiado

Óscar Manuel Machado de Figueiredo

Vítor Manuel Batista de Almeida

An asobei 700711

Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais



Demonstrações Financeiras 2011

Balanço

Demonstração dos resultados por naturezas

Demonstração das alterações no fundo social

Demonstração dos fluxos de caixa

Anexo



Balanço em 31 de Dezembro de 2011

Montantes em Euros

	NOTAS	DAI	AS
RUBRICAS	NOTAS	31-Dez-2011	31-Dez-2010
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	2 579 140	2 635 131
Ativos intangíveis	6	3 555	37 147
		2 582 695	2 672 278
Ativo corrente			
Inventários	7	3 368	4 336
Associados	8	170 916	202 830
Outras contas a receber	9	63 621	30 496
Diferimentos	10	12 568	14 885
Caixa e depósitos bancários	4	2 467 336	2 155 311
		2 717 809	2 407 858
Total do ativo		5 300 504	5 080 136
Fundo social e passivo			
Fundo social			
Resultados transitados		4 680 913	4 443 593
Resultado líquido do período		158 453	237 320
Total do fundo social		4 839 366	4 680 913
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores		6 906	5 940
Estado e outros entes públicos	11	28 733	33 337
Outras contas a pagar	12	283 553	259 036
Diferimentos	10	141 946	100 910
Total do passivo		461 138	399 223
Total do fundo social e do passivo		5 300 504	5 080 136
·			



Demonstração dos resultados por naturezas Período findo em 31 de Dezembro de 2011

Montantes em Euros

DENDIMENTOS E CASTOS	NOTAS	PERÍO	ODOS
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2011	2010
Serviços prestados	13	2 062 333	2 202 687
Fornecimentos e serviços externos	14	1 233 648	1 326 668
Gastos com o pessoal	15	565 506	553 836
Imparidade de dívidas a receber	8	3 834	15 721
Outros rendimentos e ganhos	16	109 749	153 412
Outros gastos e perdas	17	100 377	101 282
Resultado antes de depreciações e amortizações			
		268 717	358 592
Gastos de depreciações e de amortizações	18	110 264	121 272
Resultado líquido do período		158 453	237 320



Demonstração das alterações no Fundo Social

Período findo em 31 de Dezembro de 2010

Montantes em Euros

				mantes em Laros
Descrição	Notas	Resultados Transitados	Resultado líquido	Total do Fundo Social
Posição em 1.1.2010		4,113,285	445,309	4,558,594
Resultado líquido do período			237,320	237,320
Aplicação de resultados	20	330,308	-445,309	-115,000
Posição em 31.12.2010		4,443,593	237,320	4,680,913

Período findo em 31 de Dezembro de 2011

Montantes em Euros

				markes em Euros
Descrição	Notas	Resultados Transitados	Resultado líquido	Total do Fundo Social
Posição em 1.1.2011		4,443,593	237,320	4,680,913
Resultado líquido do período			158,453	158,453
Aplicação de resultados		237,320	-237,320	
Posição em 31.12.2011		4,680,913	158,453	4,839,366



Demonstração dos fluxos de caixa Período findo em 31 de Dezembro de 2011

Montantes em Euros

DUDDICAC	Natas	PERÍO	DDOS
RUBRICAS	Notas	2011	2010
Fluxos de caixa das Atividades operacionais - método directo			
Recebimentos de quotas e outros serviços		2,094,246	2,311,947
Pagamentos a fornecedores		1,207,544	1,354,397
Pagamentos ao pessoal		582,322	550,523
Caixa gerada pelas operações		304,380	407,027
Recebimento de seguro responsabilidade civil profissional	4	939,538	793,016
Outros recebimentos relativos à atividade operacional		87,578	110,675
Pagamento de seguro responsabilidade civil profissional	4	913,916	904,077
Outros pagamentos relativos à atividade operacional		84,873	81,732
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		332,706	324,909
Fluxos de caixa das Atividades de investimento Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		19,397	4,807
Activos intangíveis		1,284	2,926
Fluxos das atividades de investimento (2)		-20,681	-7,733
Fluxos de caixa das Atividades de financiamento Pagamentos respeitantes a:			
Entrega de contribuições para o Fundo de Pensões	20		239,253
Fluxos das atividades de financiamento (3)		0	-239,253
Variações de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		312,025	77,923
Caixa e seus equivalentes no início do período		2,155,311	2,077,388
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	2,467,336	2,155,311



ANEXO

O presente **Anexo**, relativo ao período económico que termina a 31 de Dezembro de 2011, procede à compilação das divulgações que a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas considera que devem ser relatadas, incluindo o exigido pelo normativo designado por Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

NOTA 1:

Designação da entidade: Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

Sede: Rua do Salitre, 51-53, 1250-198 Lisboa

Endereço eletrónico: sec.orgsociais@oroc.pt

Página na internet: www.oroc.pt

Natureza da atividade:

Associação profissional a quem compete representar e agrupar os seus membros, bem como superintender em todos os aspectos relacionados com a profissão de Revisor Oficial de Contas.

NOTA 2:	Referencial financeiras	contabilístico	de	preparação	das	demonstrações

O Referencial contabilístico seguido foi o preconizado pelo Sistema de Normalização Contabilística.



NOTA 3:	Principais políticas contabilísticas

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Ativos fixos tangíveis e intangíveis:

Os ativos fixos tangíveis utilizados na prestação de serviços ou para uso administrativo são registados ao custo de aquisição, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação acumulada e perdas por imparidade, quando aplicáveis.

Os ativos intangíveis compreendem fundamentalmente programas de computador, encontrando-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para a OROC, se forem por esta controláveis e se o respectivo valor puder ser medido com fiabilidade.

Os ativos fixos tangíveis e os ativos intangíveis são depreciados/amortizados pelo método da linha recta, a partir da data em que se encontram disponíveis para ser utilizados no uso pretendido, de acordo com as vidas úteis estimadas.



É efetuada uma avaliação de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Durante 2011 não foram identificados eventos ou circunstâncias que indicassem a necessidade de se reconhecer quaisquer perdas por imparidade.

b) Associados

Nos termos do regime jurídico em vigor, os membros da Ordem devem proceder ao pagamento das quotas nos períodos e formas previstas. Caso não o façam, encontram-se sujeitos à pena de multa nos termos do n.º 3 do artigo 81.º do referido regime.

Quando existe evidência de que o valor das quotas a receber ou outros créditos sobre associados se encontra em imparidade, procede-se ao registo do correspondente ajustamento em resultados. Assim, o saldo apresentado em balanço corresponde ao montante que se considera efetivamente recebível.

c) Diferimentos e outras contas a receber e a pagar

A OROC reconhece os rendimentos e os gastos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento.

d) Inventários

Os inventários estão mensurados pelo custo de aquisição. As saídas de inventários são reconhecidas de acordo com o critério do custo médio ponderado.

Sempre que o preço de mercado seja inferior ao custo de aquisição, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, o qual é reposto quando deixam de existir os motivos que a originaram.



e) Réditos

O rédito relativo às prestações de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do Balanço, sempre que o desfecho da prestação de serviços possa ser estimado com fiabilidade. Desta forma, o rédito é reconhecido de acordo com os critérios seguintes:

- i. Quotas, no período a que se refere a quotização;
- ii. Ações de formação no período em que a respetiva ação de formação decorre;
- iii. Inscrições em exame, na data da realização do exame;
- iv. Estágio, no período de estágio.

NOTA 4:	Fluxos de caixa
NOTA 4:	Fluxos de caixa

Desagregação dos valores inscritos e dos movimentos havidos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Conta	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	2,000	2,878,600	2,878,600	2,000
Depósitos à ordem	724,557	7,623,827	8,058,183	290,201
Outros depósitos bancários	1,428,754	4,363,599	3,617,218	2,175,135
Total caixa e depósitos bancários	2,155,311	14,866,026	14,554,001	2,467,336



A Ordem procede à entrega dos montantes referentes aos prémios das apólices de Grupo de Seguro de Responsabilidade Civil Profissional de responsabilidade dos seus membros. Por sua vez procede à cobrança desses prémios junto dos membros respetivos. Os fluxos de entrega e de cobrança estão considerados como fluxos de caixa referentes às atividades operacionais. Esses fluxos foram considerados de forma desagregada por se terem observado diferimentos com alguma expressão entre o momento de entrega e os momentos de cobrança.

NOTA 5:	Ativos fixos tangíveis
---------	------------------------

O movimento ocorrido nas rubricas de ativos fixos tangíveis pode resumir-se como segue:

Descrição	Terrenos Rec.Naturais	Edif. Out. Construções	Equip. transporte	Equip. Administrat.	Outros Activos Fixos Tangíveis	TOTAL
Divulgações						
Valor Bruto no início do período Depreciações acumuladas	584,225	2,675,612	59,700	658,803	76,081	4,054,421
no início	0	665,285	59,700	619,861	74,444	1,419,290
Saldo no início do período	584,225	2,010,327	0	38,942	1,637	2,635,131
Aumentos do período	0	0	0	19,072	325	19,397
Aquisições em 1ª mão				19,072	325	19,397
Diminuições do período	0	53,512	0	21,678	198	75,388
Depreciações do período Valor bruto no fim do		53,512		21,678	198	75,388
período Depreciações acumuladas	584,225	2,675,612	59,700	677,876	76,406	4,073,818
no fim do período	0	718,797	59,700	641,539	74,642	1,494,678
Saldo no fim do período	584,225	1,956,815	0	36,337	1,764	2,579,140



As vidas úteis estimadas dos ativos fixos tangíveis podem resumir-se como segue:

Núm. de anos

Edifícios	50
Mobiliário	8
Equipamento informático	4
Máquinas fotocopiadoras	5
Outros equipamentos	5 a 8

NOTA 6:	Ativos intangíveis
---------	--------------------

O movimento desta rubrica no período foi o seguinte:

Descrição	Programas de computador
Vida útil definida	
Valor Bruto no início	341,816
Amortizações acumuladas	304,669
Saldo no início do período	37,147
Variações no período	
Total dos aumentos	1,283
Aquisições em 1ª mão	1,283
Total das diminuições	34,875
Amortizações do período	34,875
Valor Bruto no fim	343,099
Amortizações acumuladas no fim	339,545
Total dos ativos intangíveis	3,555



Os ativos intangíveis respeitam a programas de computador, sendo o mais relevante o sistema em uso para registo e controlo de atividade da profissão de revisão de contas. Os ativos intangíveis têm vidas úteis finitas sendo a vida útil estimada dos programas de computador de 3 anos.

NOTA 7:	Inventários
---------	-------------

Quadro de apuramento do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e outras informações sobre estas naturezas de inventários:

Mercadorias	31-12-2011	31-12-2010
Inventários iniciais	4,336	125
Compras		4,791
Reclassificação e regularização de inventários		125
Inventários finais	3,368	4,336
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	968	455
Perdas por imparidade		
Acumuladas no início do período		125
Perdas por imparidade no período		
Reversão de perdas por imparidade		125
Acumuladas no fim do período		
Inventários após ajustamentos	3,368	4,336



NOTA 8:	Associados

Os créditos sobre associados incluem montantes a receber referentes a quotas no total de 170.916 euros.

As dívidas de Associados estão deduzidas das perdas por imparidade respetivas. O saldo acumulado de perdas por imparidade teve o movimento seguinte:

Perdas por imparidade em Associados	31-12-2011	31-12-2010
Acumuladas no início do período	32,332	17,461
Perdas por imparidade no período	4,684	15,721
Reversão e anulação (por abate de saldos)		850
Acumuladas no fim do período	37,016	32,332

NOTA 9:	Outras Contas a receber
l i	

A rubrica de Outras contas a receber detalha-se como segue:

Outras Contas a Receber	31-12-2011	31-12-2010
Devedores por acréscimos de rendimentos	30,718	8,887
Montantes dos prémios de seguros a receber	2,770	1,755
Devedores diversos	30,132	19,854
Total	63,621	30,496



Devedores diversos inclui participante em ações de formação, estagiários e outros, cujos créditos ainda não foram liquidados.

NOTA 10: Diferimentos	
-----------------------	--

As rubricas de Diferimentos detalham-se como segue:

Diferimentos	31-12-2011	31-12-2010
Gastos a reconhecer		
Seguros	5,536	5,671
Júri de exame		2,831
Outros	7,032	6,383
Total	12,568	14,885
Rendimentos a reconhecer		
Formação	15,646	40,670
Estágio	70,000	
Inscrição no exame	56,300	60,240
Total	141,946	100,910

Em referência a 31.12.2011 foram reconhecidos rendimentos a reconhecer referentes a Estágio no montante estimado de cerca de 70.000 euros. Em referência a 31.12.2010 não havia sido reconhecido qualquer montante por não ter sido estimado um valor significativo.



A rubrica de Estado e Outros Entes Públicos detalha-se como segue:

Estado e Outros Entes Públicos	31-12-2011	31-12-2010
Imposto sobre o rendimento pessoas singulares	15.540	21.472
Imposto sobre o valor acrescentado	552	2.230
Contribuições para a Segurança Social	12.641	9.635
Total	28.733	33.337

Não existem quaisquer dívidas em mora para com o Estado ou outros Entes Públicos.

NOTA 12:	Outras Contas a pagar	
----------	-----------------------	--

A rubrica de Outras contas a pagar detalha-se como segue:

Outras Contas a Pagar	31-12-2011	31-12-2010
Órgãos sociais, comissões, formadores	39,519	35,572
Credores por acréscimos de gastos	236,923	202,541
Credores diversos	7,111	20,923
Total	283,553	259,036



A rubrica de credores por acréscimos de gastos detalhe-se como segue:

Credores por acréscimos de gastos	31-12-2011	31-12-2010
Remunerações a liquidar	73,467	74,572
Júri exame	12,611	
Comissões técnicas	2,165	
CPROC	19,163	3,980
Formação contínua	15,305	6,765
Controlo de qualidade	87,571	81,988
Órgãos sociais	11,199	23,341
Comissão de estágio	4,571	57
IMI a pagar	5,366	5,366
Outros	5,505	2,182
Total	236,923	202,541

Os acréscimos de gastos reconhecidos referentes ao controlo de qualidade correspondem aos trabalhos em curso iniciados na sequência do sorteio efetuado em 22 de Junho de 2011 os quais incidem sobre os trabalhos concluídos pelos revisores ou sociedades de revisores no exercício de 2011.

|--|

O rédito reconhecido no período relativo a serviços prestados foi integralmente obtido no mercado doméstico e detalha-se como segue:

Serviços Prestados	2011	2010
Quotas	1,189,500	1,195,796
Ações de formação	575,269	564,595
Inscrição, estágio e outros	297,564	339,233
Congresso		103,063
Total	2,062,333	2,202,687



NOTA 14:	Fornecimentos e serviços externos

O montante reconhecido nesta rubrica decompõe-se como segue:

Fornecimentos e serviços externos	2011	2010
Trabalhos especializados	169,148	109,853
Honorários	731,491	723,085
Conservação e reparação	20,949	79,835
Materiais	75,910	109,117
Energia e fluidos	21,364	18,009
Deslocações e estadas	108,119	160,602
Rendas e alugueres	23,161	36,009
Comunicação	35,290	38,354
Seguros	7,143	7,523
Outros	41,073	44,281
Total	1,233,648	1,326,668

A rubrica de honorários inclui os montantes referentes a pagamentos efetuados aos Órgãos Sociais, aos Membros das Comissões Técnicas e a outros profissionais liberais.

Os Órgãos Sociais são eleitos e compostos por Membros inscritos na Ordem. Os Membros dos Órgãos Sociais não auferem remunerações fixas, sendo atribuídas senhas de presença pelas reuniões em que efetivamente participaram. Os montantes respectivos detalham-se como segue:



Órgãos Sociais	2011	2010
Assembleia Geral	1,320	660
Conselho Superior	1,320	1,320
Conselho Diretivo	79,186	90,516
Conselho Disciplinar	27,170	35,860
Conselho Fiscal	3,923	5,390
	112,920	133,746

A rubrica de conservação e reparação passou a ser expurgada de trabalhos especializados que foram reconhecidos na conta própria.

NOTA 15: Be

Os benefícios dos empregados encontram-se refletidos em gastos com pessoal e não incluem benefícios pós-emprego, com exceção das contribuições obrigatórias legalmente, nem outros benefícios a longo prazo. Os gastos reconhecidos detalham-se como segue:

Gastos com o pessoal	2011	2010
Remunerações do pessoal	469,123	462,432
Encargos sobre as remunerações	91,479	88,091
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	2,680	3,225
Outros gastos com o pessoal	2,224	88
Total	565,506	553,836

O número médio de pessoas ao serviço da Ordem é de 25, sendo todas remuneradas. Desse total, 7 são do sexo masculino e 18 do sexo feminino.



NOTA 16: Outros rendimentos e ganhos	NOTA 16:
--------------------------------------	----------

Discrimina-se como segue:

Outros rendimentos e ganhos	2011	2010
Patrocínios (Congresso)		45,371
Correções relativas a períodos anteriores	15,361	39,081
Multas	14,750	34,500
Juros	65,228	24,778
Outros	14,410	9,682
Total	109,749	153,412

NOTA 17:

Discrimina-se como segue:

Outros gastos e perdas	2011	2010
Correções relativas a períodos anteriores	10,262	20,584
Quotizações	76,198	72,646
Outros	13,917	8,052
Total	100,377	101,282



De acordo com o referido na nota 3 as depreciações são calculadas de acordo com a vida útil dos ativos. Assim, os montantes do exercício descriminam-se como segue:

Gastos de depreciações e amortizações	Nota	2011	2010
de ativos fixos tangíveis	5	75,388	80,508
de ativos intangíveis	6	34,876	40,764
Total		110,264	121,272

NOTA 19:

- 19.1 Em 11 de janeiro de 2012 tomaram posse os membros dos órgãos sociais para o período de 2012-2014.
- 19.2 O Conselho Diretivo autorizou a emissão das demonstrações financeiras a 16 de fevereiro de 2012.
- 19.3 Não se verificaram acontecimentos após a data do balanço que requeiram ajustamento aos saldos apresentados ou divulgação.



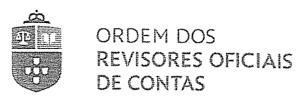
NOTA 20:	Contribuições para o Fundo de Pensões
----------	---------------------------------------

A Ordem tem efetuado contribuições para o fundo de pensões, de acordo com os resultados gerados e de acordo com as deliberações da Assembleia Geral. As contribuições foram as seguintes:

Contribuições para o Fundo de Pensões	Montante
Exercício de 2004, entregue em 2005	99.981
Exercício de 2005, entregue em 2006	123.000
Exercício de 2006, entregue em 2007	120.000
Exercício de 2007, entregue em 2008	121.500
Exercício de 2008, entregue em 2010 (a)	124.253
Exercício de 2009, entregue em 2010	115.000
Total	703.735

(a) Inclui juros no montante de €2.753

Conforme deliberação da Assembleia Geral de 29 de março de 2011, não se procedeu a qualquer reforço e entrega ao Fundo de Pensões relativamente ao exercício de 2010.



Integridade, independência, Competência,

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Relatório

Na sequência do ato eleitoral na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas ocorrido em 29 de Novembro de 2011, o Conselho Fiscal com a atual composição tomou posse em 11 de Janeiro. Assim, o Conselho Fiscal apresenta, nos termos estatutários, o seu Relatório e Parecer sobre o Relatório e Contas aprovados pelo Conselho Diretivo para o exercício de 2011. O Conselho Diretivo e os Serviços prestaram os esclarecimentos solicitados.

O Conselho Fiscal esteve presente na reunião do Conselho Diretivo do dia 16 de Fevereiro de 2012, na qual este aprovou o Relatório e Contas de 2011.

No seguimento nas análises efetuadas, o Conselho Fiscal entende que as contas apresentadas refletem a posição financeira e desempenho da Ordem relativo ao exercício de 2011. O Conselho Fiscal dá o seu acordo ao Relatório de Auditoria emitido.

Parecer

Face ao exposto no relatório, tendo em consideração o Relatório de Auditoria e não tendo tomado conhecimento de qualquer violação da lei e dos estatutos, o Conselho Fiscal é de parecer que:

- 1- O Relatório e Contas apresentados pelo Conselho Diretivo, respeitante ao exercício de 2011, merecem aprovação;
- 2- A proposta de aplicação dos resultados, contida naquele relatório, merece igualmente aprovação.

Lisboa, 29 de Fevereiro de 2012

distribution of the Control of the C



RELATÓRIO DE AUDITORIA

INTRODUÇÃO

1. Examínámos as demonstrações financeiras da ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011, (que evidencia um total de 5.300.504 euros e um total de fundo social de 4.839.366 euros, incluindo um resultado líquido de 158.453 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações do fundo social, mapas de execução orçamental e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

- 2. É da responsabilidade do Conselho Directivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Ordem, o resultado das suas operações, a execução orçamental e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

- 4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho Directivo, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e





SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório do Conselho Directivo com as demonstrações financeiras.
- 6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações, a execução orçamental e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório do Conselho Directivo é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 29 de Fevereiro de 2012

Pontes, Baptista e Associados, S.R.O.C.

representada por Luís Fernando da Costa Baptista



